

## A intensificação numa perspectiva funcional

José Romerito Silva

*Abstract: Intensification has usually been discussed in terms of its semantic and formal aspects in traditional studies. Besides it has been limited into its lexical level (degree of nouns, adjectives and adverbs) with strong normative tendency. In this paper, I intend to examine intensification under a functional perspective (HALLIDAY, 1976; 1985), trying to show that this phenomenon has to do not only with the transmission of meaningful content (i.e. the ideational function of language) but it is also related to the both intersubjective (interpersonal) and textual dimensions of language use.*

*Key-words: Functional Linguistics, functions of language, intensification, language teaching.*

*Resumo: A intensificação tem sido geralmente discutida em termos de seus aspectos semânticos e formais nos estudos da tradição gramatical. Além disso, tem sido limitada ao nível lexical (grau do substantivo, do adjetivo e do advérbio), com forte tendência normativa. Neste trabalho, pretendo examinar a intensificação numa perspectiva funcional (HALLIDAY, 1976; 1985), tentando mostrar que esse fenômeno não se relaciona apenas à manifestação de conteúdo (i.e. à função ideacional da linguagem), mas também às dimensões intersubjetiva (interpessoal) e textual do uso lingüístico.*

*Palavras-chave: Lingüística Funcional, funções da linguagem, intensificação, ensino de língua.*

### Introdução

Entre as características mais evidentes da abordagem tradicional sobre a intensificação está a descrição semântico-formal circunscrita ao nível lexical (denominada grau do substantivo, grau do adjetivo e grau do advérbio). Ressalte-se, ainda, que tal abordagem se dá abstraída do uso efetivo da língua e com forte tendência prescritivista quanto ao padrão culto. Essa postura metodológica é explicável considerando-se a concepção de língua que lhe é subjacente.

No entanto, um olhar mais atento sobre a atribuição de intensidade no discurso, verificará que esta não se limita tão somente à manifestação de conteúdo cognitivo, tampouco se restringe apenas ao nível vocabular. Também se relaciona com determinadas estratégias de organização informacional do texto, estendendo-se, algumas vezes, para além dos limites lexicais, bem como desempenha papel indispensável no jogo interativo estabelecido entre os interlocutores.

Nesse sentido, pretendo tratar aqui a intensificação numa perspectiva funcional, defendendo que esse fenômeno está vinculado às funções ideacional, textual e interpessoal, conforme postuladas por Halliday (1976, 1985). Como material de análise, utilizo textos extraídos do *Corpus Discurso & Gramática: a língua falada e escrita na cidade do Natal* (FURTADO DA CUNHA, 1998) – doravante, *Corpus D&G* –, tanto na modalidade oral como escrita.

Espero que esse breve estudo possa contribuir, de algum modo, para o trabalho docente em sala de aula, no que se refere tanto às reflexões sobre a língua, mais

especificamente no tocante ao tema da intensificação, como às questões relativas à leitura e à produção textual.

## 2. As funções da linguagem

Sem nenhum interesse em investigar aqui os diferentes matizes e perspectivas teóricas que o termo *função* adquire dentro dos estudos lingüísticos de orientação funcionalista, de um modo geral, as *funções da linguagem* parecem assumir um caráter instrumental e teleológico nessas abordagens<sup>1</sup>. Segundo nos dá conta Neves (1997), os pesquisadores que se destacam no esboço de um quadro teórico acerca dessa questão são Karl Bühler, Roman Jakobson<sup>2</sup> e Michael Halliday. Este último dividiu as funções (ou “*metafunções*”, para ele) da linguagem em três, a saber: a função *ideacional*, a *interpessoal* e a *textual*.

A primeira – *ideacional* – diz respeito à manifestação de conteúdo, ou seja, da experiência do falante com o mundo real, incluindo aí o mundo interior de sua própria consciência. É por meio dessa função que se torna possível ao indivíduo produzir ou entender um ato lingüístico, incorporando, assim, na língua, sua vivência com os fenômenos da realidade que o cerca e os da sua “psique”. Halliday (1976) afirma que,

“Ao desempenhar tal função, a linguagem também estrutura a experiência e ajuda a determinar nossa maneira de ver as coisas, de modo que exige algum esforço intelectual vê-las de outra maneira que não aquela que nossa linguagem nos sugere” (p. 136).

O mesmo autor, em outro trabalho (1985, p. 48-49), ratifica a asserção anterior, distinguindo dois subcomponentes incorporados nessa função: o *experencial*, que permite a interseção entre linguagem e a participação concreta do usuário no universo biossocial e psicoafetivo (a representação de experiências), e o *lógico*, que corresponde à expressão de “estruturas lingüísticas recursivas”, derivadas apenas indiretamente da experiência (relações lógicas abstratas).

Conclui-se, assim, que essa função tem uma base experiencial-cognitiva, uma vez que representa o contato do indivíduo com a realidade, material ou não, e do modo como ele a concebe, procurando refletir essa experiência através de conteúdo

---

<sup>1</sup> Para maiores esclarecimentos acerca dessas questões, deve-se consultar Nichols (1984).

<sup>2</sup> Bühler propôs a seguinte divisão das funções da linguagem: a representativa, a expressiva e a apelativa. Jakobson, por sua vez, ampliou-as para seis, relacionando cada uma delas aos elementos da comunicação. São elas: referencial, metalingüística, emotiva, fática, conativa e poética (Cf. NEVES, 1997, p. 9-14; BLÜHDORN, 1997, p. 154-155 e 160-165; HALLIDAY, 1985, p. 48).

proposicional significativo. Quer dizer, a linguagem é logicamente estruturada para organizar e representar nossa apreensão dos acontecimentos, estados, seres, objetos e abstrações da existência externa e interna com os quais nos relacionamos.

A função *interpessoal* tem a ver com o estabelecimento e manutenção das relações sociais. É, pois, de natureza intersubjetiva, revelando como se dá o intercâmbio entre os atores na cena enunciativa e a delimitação dos papéis por eles representados. Através dessa função, a linguagem se caracteriza propriamente não só como instrumento de interação, mas também contribui na manifestação e desenvolvimento da personalidade dos indivíduos como participantes de um determinado grupo social (HALLIDAY, 1976, p. 137).

Em um artigo no qual busca analisar a gramaticalização de operadores argumentativos sob a perspectiva das funções da linguagem de Halliday, Martelotta (1996, p. 204) distingue dois componentes dentro da função interpessoal: o de *orientação para o falante*, que expressa a posição deste em relação àquilo que fala (por exemplo, suas atitudes e avaliações), e o de *orientação para o ouvinte*, que manifesta o intento do locutor em atuar comunicativamente sobre o interlocutor, seja no fornecimento de “pistas” que auxiliam no estabelecimento das ligações semânticas entre os segmentos do texto, seja no fato de monitorar o fluxo informacional do texto em relação às expectativas do ouvinte/leitor, ou, ainda, no sentido de procurar dirigir o comportamento deste para um fim desejado.

A terceira função – *textual* – aponta para o estabelecimento de vínculos da linguagem consigo mesma e com as características da situação em que é utilizada. Em outras palavras, é o uso da linguagem de modo que seja pertinente ao contexto. É graças a essa função que o indivíduo se torna capaz não apenas de construir textos que sejam contextualmente apropriados, como também de distinguir um texto de um conjunto aleatório de orações.

Por essa função, as unidades lingüísticas são operadas discursivamente, no sentido de que não apenas se relacionam entre si no interior do enunciado (ligamentos intra-sentenciais), através das regras de transitividade, mas também estabelecem vínculos entre os enunciados (conectores inter-sentenciais, ou co-textuais), e destes com o evento comunicativo em que ocorrem. Isto resulta na formação de uma rede de relações coesivas e coerentes de nível mais alto, responsáveis pela configuração do tecido textual situacionalmente determinado e reconhecível (Cf. HALLIDAY; HASAN, 1976, p. 26-27).

Num estudo em que também procura relacionar a trajetória de mudança em alguns elementos lingüísticos à abordagem de Halliday, Traugott (1982) afirma que a transfiguração semântico-funcional das formas segue um percurso que parte da função *ideacional* (para ela, “*proposicional*”) e caminha em direção à *interpessoal* (nas suas palavras, “*expressiva*”) e/ou à *textual*. Esse desenvolvimento é esquematizado pela autora da seguinte forma:

$$\text{Função Proposicional} > [(\text{Função Textual}) > (\text{Função Expressiva})]^3$$

Traugott está convencida de que a conexão entre a emergência de padrões gramaticais e as funções da linguagem é revelada, por exemplo, no processo evolutivo ocorrido na passagem do demonstrativo *that* para o artigo definido *the*. *That* funciona primariamente como identificador de coisas no mundo real a partir da situação ou do ponto de vista do falante, enquanto a forma derivada - *the* - cumpre a tarefa de assinalar que aquilo sobre o qual está se falando já foi referido anteriormente no texto, ou então de tratar algo como se já fosse saliente na consciência do interlocutor (p. 250).

Mesmo não sendo alvo de preocupação da autora, em seu trabalho, a questão da passagem concreto > abstrato, mas a mudança de sentido no âmbito dos componentes semântico-funcionais, ainda assim deixa evidente que o percurso de transformação das entidades lingüísticas tem na sua fonte conteúdo de base lógico-sensitiva concreta, vinculada à função ideacional (proposicional). Daí, desliza para o desempenho de papéis mais abstratos, que têm a ver com o fluxo comunicativo do texto e com as expectativas informacionais negociadas entre os interlocutores, o que representa, respectivamente, as funções textual e interpessoal (expressiva).

Vê-se, portanto, que o surgimento de padrões lingüísticos está intrinsecamente associado às funções ideacional, interpessoal e textual da linguagem. Isto significa que determinados conceitos de origem sensorial são depois reciclados para servirem aos propósitos dos usuários no que concerne às questões ligadas à orientação discursiva processada entre eles e à composição textual.

Contudo, isto não significa que tais funções não possam interagir integrada e simultaneamente. Explicando: no caso dos fenômenos de intensificação, principalmente aqueles mais enfáticos, parece difícil não se reconhecer em seu uso a co-atuação desses fatores, os quais contribuem conjuntamente, pelo menos em nível local, para o

---

<sup>3</sup> Conferir com outro estudo da mesma autora (1989), envolvendo questões relativamente semelhantes, as quais são retomadas em Hopper (1996). Proposta quase idêntica pode ser encontrada em Martelotta (1996, p. 206), tal como se vê na escala a seguir: Função Ideacional > Função Interpessoal > Função Textual.

estabelecimento e manutenção de uma teia de relações entre linguagem, cognição e interatividade pessoal.

### 3. Análise dos dados

Do ponto de vista semântico, o emprego do grau intensivo relaciona-se à expressão da idéia de encarecimento, atribuída a uma determinada realidade, em que esta é considerada em um nível além da situação normal. Isto tem sua fonte nas impressões pessoais do indivíduo, a partir do contato deste com o mundo que o cerca, baseadas em parâmetros comparativos estabelecidos por ele próprio ou socialmente convencionados. Assim, a intensificação tem a ver, em primeiro lugar, com a necessidade que o falante tem de exprimir uma noção – superelevada – acerca de algo, resultante de sua experiência com um estado de coisas. Está, portanto, vinculada antes de tudo à manifestação de conteúdo cognitivo, ou seja, à função ideacional da linguagem.

Isto fica bastante evidente nos fragmentos abaixo. O primeiro está inserido num texto em que o informante relata suas experiências durante uma viagem ao Rio Grande do Sul. Nessa parte, ele fala do frio que enfrentou quando chegou lá:

(1) “... então ele [o tio] estava lá [na rodoviária] com a esposa dele... me levaram para casa dele e eu dormi a manhã inteira porque tava *super frio*... ((riso)) a tendência foi esfriar mais... pensava que o sol ia subir... iria esquentar... mas no inverno lá [no Rio grande do Sul] num existe isso não...(...)”

E: à tarde...

I: ...aí tava já *frio* rapaz... *frio*... *muito frio*... aí lá... é... no outro dia... sim... nesse dia eles colocaram bastante cobertores pra mim...” (*Corpus D&G*, narrativa recontada oral, aluno do 3º grau, p. 103).

Não é difícil perceber nesse trecho os diferentes níveis de gradação atribuídos ao adjetivo *frio*. No primeiro caso, este aparece intensificado através do prefixo adverbializado *super* (mais ou menos equivalente a *muito* ou *bastante*), para se referir à baixa temperatura além do normal naquela manhã. Como “a tendência foi *esfriar mais*” à tarde e, assim, o frio excedeu-se para além da intensidade em que já estava, o falante expressou essa noção excessiva com a repetição enfática do item lexical - *frio* - acrescido de outra partícula intensiva - *muito*.

Este outro fragmento tem como tópico o processo de tratamento da água. Nele o informante cita as diferentes fases de procedimento para, afinal, ter-se água limpa.

(2) “... então ele [o floculador] vai girando e isso... essa mistura lenta... essa velocidade diminuída e essa mistura que ela vai fazendo... vai ajudando a formar os flocos que eu disse... né... aí... ele passa para o segundo floculador... isso ele chama floculador um... floculador dois em diante... aí ele passa pro dois vai ser menor do que do um... (...) então se reduz a velocidade do giro lá do mecanismo... aí vai pro terceiro floculador... floculador três aí a velocidade é *menor ainda*... mas é *bem pequena mesmo* a velocidade... você mesmo vê assim a água girando *bem devagarzinho*... certo? (*Corpus D&G*, Relato de procedimento oral, aluno do 2º grau, p. 197).

Do mesmo modo que no trecho (1), nesse, as diferentes formas de superlativação têm como referencial a comparação entre um estado de coisas anterior (menos intenso) e outro posterior sobrexcedido nocionalmente, no caso, a velocidade dos floculadores. Perceba-se que, no floculador um, a velocidade é “*diminuída*” (“*lenta*”); deste para o dois, reduz-se mais a velocidade, quer dizer, torna-se “*menor do que do um*”. Quando chega ao três, “a velocidade é *menor ainda*”, isto é, “*bem pequena mesmo*” (ou “*bem devagarzinho*”).

Assim, as expressões gradientes da velocidade dos floculadores, através das quais se quer passar a idéia de decréscimo da aceleração até um ponto excessivamente reduzido, partiram de um termo adjetivo de noção básica - “*lenta*” (ou “*diminuída*”). Depois intensificou-se essa noção para menos, codificada com o comparativo intensivo de inferioridade - “*menor do que*” - até chegar a um grau de lentidão superelevado em relação aos seus antecedentes, formatado com material lingüístico mais extenso e enfático: “*menor ainda*” (*ainda* com valor superlativo de *bem / muito*, ou seja, *bem / muito menor*), “*bem pequena mesmo*” (com dois elementos de intensidade - *bem* e *mesmo*<sup>4</sup>) e a paráfrase “*bem devagarzinho*” (também com dois morfemas intensivos, a saber, *bem* e *-inho*).

O trecho abaixo constitui-se parte de um texto descritivo. Aqui se refere ao momento em que a informante opõe uma característica física do seu padrão à do noivo dela:

---

<sup>4</sup> Estou considerando *mesmo* como partícula intensificadora, amparado, por um lado, nos estudos de Mattos e Silva (1984, p. 171-173) e de Monteiro (1959, p. 42), segundo os quais esse vocábulo, oriundo da forma popular *metipsimu*, já tinha noção superlativa no latim e era utilizado como reforço enfático em sintagmas com demonstrativos; por outro, na acentuada recorrência desse elemento em contextos de superlativação, denotando ênfase intensiva, o que o torna parte integrante do sintagma superlativado.

(3) “... fisicamente... ele [o patrão] é *baixo... bem baixinho*... meu namorado chama ele de... meu noivo chama ele de que meu Deus?... tamborete de forró... nem pode dizer muito porque ele é quase da mesma altura dele...” (*Corpus D&G*, descrição oral, aluna do 2º grau, p. 259).

Nesse caso, a marca intensiva mais acentuada para a pequena estatura do patrão (“*baixo... bem baixinho*”) se deveu ao fato de que, comparada com a do noivo da locutora, a daquele aparece como bem menor em relação à deste. Isto dá a entender que, na visão da informante, ambos (o patrão e o noivo) são baixinhos, explícita na observação “*nem pode dizer muito* [quer dizer, nem pode zombar do outro] *porque ele* [o noivo] *é quase da mesma altura dele* [do patrão]”.

Porém, na escala de pequenez física, o patrão é tido como bem mais baixo. A necessidade de tornar transparente essa noção superencarecida conduziu à formação de uma estrutura mais avolumada (além da repetição do adjetivo, os intensificadores *bem e -inho*).

O exemplo que se segue traz mais reforço a estas constatações. Trata-se de um recorte extraído de um texto opinativo sobre o namoro. Nele, a locutora fala acerca de uns rapazes que ela encontrou num clube, entre eles, o seu “paquera”:

(4) “... parece que é:: eu num sei o nome deles... é da desses rapaz da Kome Kana que dançam... eu nem conheço não... tem uns que chama de galego... um de galego... o outro... eu num sei não... eu sei que tem um *bem bonitinho*... que é parecido com:: com um paquera que eu tenho... aí tá... aí eu tava sempre olhando... aí chegou... e chegou meu paquera... *ô bicho bom danado... bonitão... forte*... aí eu sempre paquero com ele...” (*Corpus D&G*, Relato de opinião oral, aluna da 8ª série, p. 355).

Aí também fica evidente o recurso a uma forma de maior relevo intensivo, se comparada com outra também superlativada. Parece bastante difícil não reconhecer que o desejo da informante em enaltecer as qualidades físicas e o *sex-appeal* do seu paquera acima das do outro (apenas “*parecido*” com ele) motivou a “escolha” de diferentes estruturas lingüísticas, as quais revelam claramente a alta intensidade gradual de uma em relação à outra. Explicando melhor: o rapaz parecido com o paquera da locutora é considerado por ela como possuidor de uma beleza além do normal, atestado pela partícula intensiva “*bem*” alterando o valor básico do adjetivo “*bonitinho*”. Contudo, na referência aos atributos do seu paquera, considerados superiores, a informante expressa-se de modo mais enfático e extremamente original, com os elementos *ô* e *danado* como

intensificadores de *bom* e o sufixo aumentativo *-ão* no encarecimento de *bonito* em “ô bicho *bom danado... bonitão...*”.

Outra observação que destaco nessas expressões superlativas e que confirma a correspondência entre a alteração superior de grau e a segunda construção – comparando-se à anterior – é o emprego dos sufixos *-ão* e *-inho*, respectivamente. Atente-se para o fato de que, na primeira (“*bonitinho*”), *-inho* tem valor atenuante ao invés de intensificador. Já no segundo caso, *-ão* (em *bonitão*) confere reforço intensivo ao termo. Vejo que o uso deste está ligado não somente à intensividade do adjetivo *bonito*, ratificando o atributo anterior (“ô... *bom danado*”) e dando-lhe ênfase, mas também antecipa a noção contida no vocábulo seguinte – “*forte*” –, sinalizando para a idéia de *porte físico avolumado*. Desse modo, esse sufixo, aqui, abarca simultaneamente duplo valor semântico: o de designar um aspecto mais concretamente perceptível, que é o de avantajada aparência física, e outro mais abstrato e subjetivo, associado ao grau de beleza.

Da mesma forma, através do morfema *-inho*, a jovem parece sugerir não apenas a atenuação de intensidade da beleza do outro rapaz, em “*bem bonitinho*”, mas, inclusive, apontar para a provável desvantagem física deste frente ao seu paquera.

É consenso entre os estudiosos que tratam desse assunto que a atribuição de intensidade a um adjetivo ou a um advérbio, mesmo aplicada a elementos mais concretos (isto é, aqueles captados pelos sentidos, tais como dimensão, cor, distância etc.), é um fenômeno que tem como base parâmetros de caráter subjetivo, revelador da atitude individual do falante em relação a algo referido<sup>5</sup>. Desse modo, a expressão do superlativo absoluto não se limita apenas à manifestação de conteúdo semântico, mas está também diretamente vinculada às potencialidades expressivas da língua, através das quais o falante expõe seu mundo interno (isto é, um estado de sua consciência) e exerce um juízo de valor.

Por outro lado, essa expressividade não é um fim em si mesma, mas se encontra a serviço de determinadas intenções informativas e/ou retórico-argumentativas<sup>6</sup> do locutor; quero dizer, do seu desejo em tornar sua informação relevante e, assim, impor-

---

<sup>5</sup> Sobre isso, ver Basílio (1989, p. 84-89); Maingueneau (1996, p. 133-137); Neves (1997, p. 73).

<sup>6</sup> Termos considerados aqui como quase sinônimos e intercomplementares. Assim, *retórico* tem a ver com determinadas *manobras discursivas* (entre as quais se inscreve a gradação), auxiliares no processo *argumentativo*, e este refere-se ao *ato de persuadir*, em que se procura conquistar a adesão de alguém e dirigir-lhe o comportamento. Sobre isto, ver Koch (1984, p. 20).



se frente ao interlocutor. No caso da intensificação em particular, mais notadamente as construções com maior embalagem formal, isto transparece com relativa nitidez.

Quanto a isso, Slobin (1980, p. 99) assevera que, quando comunicamos algo,

“... não procuramos apenas exprimir proposições, senão também enfocar, dirigir e atormentar a atenção do ouvinte (...), lutando pela expressão de idéias, ou tentando cativar a todos...”

Assim, quando alguém diz que algo é  *muito longe*, ou  *lindíssimo*, ou ainda  *ruim... ruim... ruim... ruim...*, por exemplo, não está apenas expressando uma noção acerca de um estado de coisas, mas também fazendo uma avaliação pessoal dessa realidade e, ao mesmo tempo, fornecendo certas instruções de sentido, com vistas a atingir algum propósito sócio-comunicativo. Desse modo, é válido afirmar que o recurso à intensidade é um ato de fala não apenas intimamente ligado à função ideacional da linguagem, mas também à interpessoal.

Nos textos que se seguem, procuro demonstrar como os falantes utilizam os recursos de superlativação de modo a atender à função expressiva/interpessoal da linguagem, com intenção retórico-argumentativa. Nesse primeiro, a locutora está expressando seu ponto de vista sobre religião:

(5) "... o que a gente vê demais e que tá sendo apregoado por aí é que a pessoa é  *ruim... ruim... ruim... ruim...* aí resolve ficar bom e passa para outra religião... né... no caso... tão procurando a Assembléia de Deus... porque é a única que diz que na hora que você se arrepende de seus pecados... você passa a ser bom... automaticamente... eu acho que não é assim... sabe Sheila? Não é você chegar e dizer assim... vou ficar bom agora... e de repente ficar bom..." (*Corpus D&G*, relato de opinião oral, aluna do 3º grau, p. 65).

Nesse trecho, a locutora procura desautorizar o discurso da Assembléia de Deus quanto à possibilidade de qualquer indivíduo transformar-se numa boa pessoa de repente. Para fundamentar seu contra-argumento, ela aponta para o caso de alguém que é extremamente mau não poder recuperar-se instantaneamente e passar a ser bom só porque mudou de opção religiosa. Fica aí implícito, ainda, o apelo ao conhecimento de mundo do interlocutor. Quer dizer, a informante recorre à concepção cristã, socialmente partilhada, de que todos são pecadores, mas há uns que procuram levar uma vida equilibrada e outros que vivem dissolutamente. Ora, para aqueles, segundo ela, a regeneração já é difícil (“*Não é você chegar e dizer assim... vou ficar bom agora... e de repente ficar bom*”), quanto mais para os que são extremamente maus! Essa oposição é

bastante evidente no texto escrito, em que a autora especifica esse tipo de pessoa, para diferenciá-la das outras “normais” ou, pelo menos, não muito ruins:

(6) “Existe algo que eu acredito ser uma aberração, que é o arrependimento para determinados grupos protestantes. De repente *alguém que passou a vida mau, assassinando, roubando*; então *esse indivíduo* de um momento para o outro resolveu se arrepender, e aceitando Cristo está salvo do fogo do inferno. Não é bem assim,...” (Corpus D&G, Relato de opinião escrito, aluna do 3º grau, p. 71).

Essa observação, como se vê, justifica o sobreexcesso no atributo (“*ruim... ruim... ruim... ruim*”), que serve como ênfase expressiva e reforço argumentativo para contradizer a doutrina assembleiana quanto ao fato de todo indivíduo poder facilmente ser “salvo” de uma hora para outra.

O exemplo abaixo consta de um texto opinativo sobre a instituição da pena de morte no Brasil:

(7) “... num acho que esse [o roubo praticado pelos políticos no Brasil] seja... seja o caso de... de... de pena de morte não... isso é um crime mas num é... num é um crime como seria um... a morte de... depois de fazer uma tortura... num sei quê... acho que por causa disso num... deveria... deveria sim ter uma... uma multa... uma coisa assim sei lá... vai pagar salário... vai pagar o aumento de salário de um bocado de gente... deveria ter uma pena certa pra esse tipo de crime... mas como o povo o... a justiça aqui no Brasil é cega... surda e muda... aí... eu acho que só... só pra esse tipo de crime hediondo... essas coisa *bárbara... bárbara mesmo*... que deveria ser adotada a pena de morte...” (Corpus D&G, Relato de opinião falado, aluno da 8ª série, p. 383).

Vemos aí que o falante opõe dois tipos de crime, destacando um deles para justificar a adoção da pena de morte. Percebe-se que ele não advoga este castigo para qualquer crime. É tanto que sugere outra forma de penalizar, por exemplo, os que praticam o chamado “crime do colarinho branco” (“*uma multa*” ou “*pagar o aumento de salário de um bocado de gente*”) e deixa bem evidente em que circunstância a pena máxima deveria ser adotada: no caso de alguém matar outra pessoa após torturá-la. A marca expressiva e retórica para avaliar esse tipo de crime e fundamentar a opinião do locutor pode ser vista tanto na própria seleção lexical (palavras de impacto emocional como “*hediondo*” e “*bárbara*”) como na ênfase intensificadora da expressão “*bárbara... bárbara mesmo*”.

No fragmento a seguir, a locutora revela seu desapontamento quanto à experiência frustrante do exercício democrático no Brasil:

(8) "... você vê que a gente adota um pre/ elege um presidente... ele não é solução pros nossos problemas... pelo contrário... a gente pensa que vai ser... mas aí dificulta mais as coisas... o salário diminui... as coisa aumenta... a inflação sobe lá pra cima... pronto... sobe lá pra cima... olha que coisa... vai subir pra onde? pra baixo? mas... a... é uma situação *super difícil* sabe? *super difícil mesmo*..." (*Corpus D&G*, Relato de opinião falado, aluna do 2º grau, p. 255-256).

Nesse exemplo, a proposição com o atributo *difícil* bastante saliente decorre da atitude apreciativa da locutora em relação ao que acabara de enunciar. Desse modo, expressa, indiretamente, sua decepção e seu protesto quanto ao fato descrito, isto é, o de se eleger alguém ("*um presidente*") esperando a solução dos problemas, e, ao invés disto, as coisas ficarem piores, com achatamento salarial e inflação. Para tornar relevante e fortalecer sua reação desaprovadora, precisou utilizar-se deste recurso retórico: deixar bem iluminada a expressão avaliativa ("*super difícil... super difícil mesmo*"), como se quisesse dizer, desiludida: "Diante desse quadro, concluo, então, que é praticamente impossível termos uma solução para os nossos problemas, e isso é incômodo em extremo, concorda(m) comigo?".

Outro dado interessante em todos esses casos é que, na relação entre a marca acentuada de grau e a argumentatividade, está também envolvido o fator de contra-expectativa. Travaglia (1996, p. 160) observa que o efeito suplementar de surpresa inscrito na situação apresentada é marcado de modo especial, a fim de se obter uma maior força argumentativa e, assim, convencer-se o interlocutor quanto à pertinência de uma dada conclusão.

O exemplo (9) segue nessa mesma direção. Nele, a informante opina sobre o namoro, posicionando-se, em tom reprovativo, contra o namoro moderno ("*de hoje*"). Provavelmente, toma como referencial o namoro do passado, numa oposição indireta:

(9) "... Eu acho isso que o namoro de hoje esta *muito avançado demais* principalmente esses rapazes que usa brinco, cabelo comprido e tatuagem... Na minha opinião o namoro não presta tá muito tarado os rapazes de hoje só quer fica pegando nos seios na bunda." (*Corpus D&G*, Relato de opinião escrito, aluna da 8ª série, p. 363).

Nesse fragmento, a acentuada superlativação do adjetivo ("*muito avançado demais*") é um procedimento retórico-avaliativo, que contribui para enfatizar o ponto de vista contrário da informante quanto ao "*namoro de hoje*". Isto é justificado através do esclarecimento feito logo em seguida, com destaque para as expressões "*não presta*", "*muito tarado*" e "*pegando nos seios na bunda*". Talvez com o propósito de deixar claro

para o seu interlocutor (antecipando-se em desfazer uma possível crença deste) que, apesar de ser uma jovem de hoje, desaprova esse comportamento, comum nos jovens de sua geração. Vê-se aí, da mesma forma, o intento persuasivo da locutora, corroborado pela embalagem especial da expressão superlativada.

Pelo visto, confirmam-se as hipóteses de que o recurso a esses modos *sui generis* de intensificação é devido a pressões tanto de natureza cognitiva como interacional. *Cognitiva* porque, ao intensificar exageradamente o atributo ou a circunstância de uma determinada realidade, o locutor procura enunciar sua impressão acerca de algo fazendo a correlação entre a idéia que deseja exprimir e a forma lingüística que a representa. Isto tem a ver com a transmissão de conteúdo semântico através de estruturas mais ou menos recorrentes, que lhe sirvam de suporte icônico, e tem vinculação inalienável com a *função ideacional* da linguagem.

É *interacional* no sentido de que tais expressões funcionam também como elos entre os interlocutores, revelando, em primeiro lugar, a posição do falante em relação àquilo que enuncia, isto é, seu julgamento avaliativo quanto a algo referido. Essa atitude expressiva, de caráter subjetivo, é, por outro lado, inter-social, pois está a serviço de determinada intenção discursiva, quer dizer, do desejo do locutor em conquistar a adesão do seu público-alvo e fazer com que este assuma com ele o mesmo ponto de vista. Neste caso, esses mecanismos intensificadores são utilizados como instrumentos de estratégia retórico-argumentativa, com vistas a atrair a atenção do outro para a importância do que está sendo dito e suscitar nele uma reação de parceria.

Em consonância com essa visão, Travaglia (1996, *ibidem*) afirma que o caráter argumentativo no uso de superlativos reside no fato de que esses elementos lingüísticos são postos em ação para conduzir o interlocutor na direção de um efeito de sentido, visando a uma conclusão desejada. Isto, é óbvio, diz respeito à *função interpessoal* da linguagem.

A aplicação de características sobrelevadas em nomes ou verbos tem, ainda, a função de participar na coesividade textual, assessorando no mapeamento da teia de significados que se cruzam no interior do texto. Significa dizer que a aplicação de marcas superlativas especiais a um item transforma-o num componente de extrema relevância e indispensável na confecção da malha textual, uma vez que este aponta para outras entidades endofóricas circunvizinhas, auxiliando no estabelecimento das relações co-textuais. Desse modo, um elemento é esclarecido em função do outro, o que os torna interdependentes e co-participantes num determinado conjunto de signos.

Demonstrações disto podem ser encontradas, por exemplo, nos trechos (8) e (9), os quais repetirei em seguida.

(8) "... você vê que a gente adota um pre/ elege um presidente... ele não é solução pros nossos problemas... pelo contrário... a gente pensa que vai ser... mas aí dificulta mais as coisas... o salário diminui... as coisa aumenta... a inflação sobe lá pra cima... pronto... sobe lá pra cima... olha que coisa... vai subir pra onde? pra baixo? mas... a... é uma situação *super difícil* sabe? *super difícil mesmo*..." (*Corpus D&G*, Relato de opinião falado, aluna do 2º grau, p. 255-256).

(9) "... Eu acho isso que o namoro de hoje esta *muito avançado demais* principalmente esses rapazes que usa brinco, cabelo comprido e tatuagem... Na minha opinião o namoro não presta tá muito tarado os rapazes de hoje só quer fica pegando nos seios na bunda." (*Corpus D&G*, Relato de opinião escrito, aluna da 8ª série, p. 363).

Em (8), a marca sobrecarregada "*super difícil... super difícil mesmo*" atribuída a "*situação*", após o comentário autocrítico da locutora, é uma espécie de retomada avaliativa de tudo o que ela havia dito antes. Esse juízo de valor, de natureza anafórica, justifica-se, portanto, em sua relação com o co-texto, isto é, na manifestação de desgosto e frustração por não se ver nada resolvido após uma eleição presidencial. É, na verdade uma observação que imprime um tom de resumo e conclusão apreciativa ao que foi exposto.

No fragmento (9), a expressão superlativa "*muito avançado demais*" (ratificada na paráfrase posterior "*muito tarado*") tem, por sua vez, a função de antecipar o que será dito logo a seguir sobre o "*namoro de hoje*", que, na opinião da autora, "*não presta*". Desse modo, estabelece-se uma inter-relação, de cunho catafórico, entre aquele atributo superintensificado e as informações esclarecedoras quanto a *pegar nos seios e na bunda*, as quais dão sentido ao exagero aplicado na avaliação introdutória, servindo-lhe como desenvolvimento informativo.

Os exemplos que se seguem contribuem para confirmar ainda mais a relação entre o uso da intensidade e sua função nos nexos textuais:

(10) "... porque elas [as freiras] iam cantar na capela... lá tinha... coral de missa né... Igreja Católica... tinha que ser aquele negócio *super bem formal*... elas praticamente nem se mexem né... e... elas mudou um pouco o estilo (...) e aí... a primeira música que elas foram cantar já teve um arranjo de dança... de palmas... de tudo né... então a madre e o padre lá ficaram... assim... um pouco cismados... mas tava muito bonito né... o coro... e foi muito engraçado a maneira como elas dançavam... sabe?" (*Corpus D&G*, Narrativa recontada oral, aluna do 2º grau, p. 279).

No caso acima, a conexão textual do superlativo encarecido “*super bem formal*” se faz, primeiramente, com o que foi referido antes, isto é, com o “*coral de missa*” que as freiras iam apresentar na capela. É pois uma observação qualificativa acerca do estilo litúrgico da missa católica tradicional. Depois vincula-se à expressão esclarecedora seguinte “*praticamente nem se mexem*”. Também liga-se à informação mais adiante acerca do estranhamento do padre e da madre (ficaram “*um pouco cismados*”) em relação à atitude esfuziante das freiras (que incluíram “*arranjo de dança... de palma*” no coral), uma vez que isto era totalmente inesperado para aqueles, habituados a uma cerimônia ainda marcada por extrema formalidade. Dito de outro modo: a sobrecarga no atributo “*formal*” explica a reação negativa dos superiores frente àquela performance musical fora do padrão eclesiástico.

Aí, portanto, a aplicação de intensidade ao atributo *formal* aponta tanto para o que já foi referido, como também contribui nas informações posteriores; noutras palavras, exerce função, ao mesmo tempo, anafórica e catafórica. Essa dupla característica confere-lhe *status* de figurante indispensável na recuperação dos elos semânticos entre os enunciados e, conseqüentemente, no conjunto informacional em foco.

Travaglia (1996, p. 169) confirma que os mecanismos de superlativação são recursos também utilizados como sinalizadores textuais. Significa que têm a ver com outros elementos do co-texto, sendo, portanto, instrumentos de caráter anafórico e/ou catafórico, os quais auxiliam o ouvinte/leitor no rastreamento das relações de sentido do texto. Os exemplos que se seguem ratificam ainda mais esse ponto de vista:

(11) "... o pessoal lá no curso me... é:: eles fazem uma certa brincadeira comigo porque eu... eu me perco em tantos detalhes... e eu passo muito mais tempo num quadro do que eles... (...)

E: ... você trabalhar com detalhes... é importante pra você?

I: *demais... demais... demais...* ou senão você fica pintando trabalhos e... sem muito é... sem muita riqueza visual... entendeu? " (*Corpus D&G*, Relato de procedimento oral, aluno do 3º grau, p. 151).

Nesse recorte, a intensificação se dá com a repetição do advérbio superlativador “*demais*” para sobrelevar o adjetivo “*importante*”. Com esse recurso, o locutor tenta dirigir a atenção do seu ouvinte para o grande valor que ele – o informante – dá aos detalhes na pintura de quadros, uma vez que ele já havia informado que este não era o procedimento adotado por seus colegas, sendo, por isso, alvo de brincadeiras por parte

deles. Assim, o falante estabelece associações co-textuais desse elemento superestimado não apenas com o que foi citado antes, justificando o fato de ele perder-se em detalhes e passar mais tempo nessa tarefa, como também com o argumento seguinte quanto a sua desaprovação em pintar trabalhos “*sem muita riqueza visual*”.

Este outro fragmento foi coletado de um texto em que o falante reconta o filme *Cemitério maldito*:

(12) "... aí o menino que era *muito fofinho... muito bonitinho*... o menino deles lá... (...) aí quando... quando foi chegando lá perto da estrada lá... foi que viram né... o menino ia atravessar a rua e vinha um carro... uma carreta...

E: era pequeno?

I: era *bem pequenininho*... aí chegaram na... na... na... e gritaram pelo menino e o menino muito cri/ muito acriançado... num entendeu foi nada... aí atravessou a rua e a carreta pegou ele né... aí matou..." (*Corpus D&G*, Narrativa recontada oral, aluno do 3º grau, p. 30).

No trecho dado, "*bem pequenininho*" (note-se o duplo sufixo de intensificação "-in" e "-inho", além do advérbio "*bem*"), realçado por "*muito fofinho*" e "*muito bonitinho*", relaciona-se co-textualmente com o fato de o menino ser "*muito acriançado*" (isto é, inocente, sem discernimento) e de não ter entendido nada quando avisado sobre o risco que corria ao atravessar a rua. É tanto que o narrador responde à pergunta “*Era pequeno?*”, confirmando, mas, ao mesmo tempo, corrigindo o qualificativo para um grau bastante intensificado, dando a entender que o menino era de idade acentuadamente tenra, o que justifica a informação seguinte quanto a ele não ter dado a menor atenção aos apelos feitos e não ter tido qualquer discernimento quanto ao que era ou não perigoso.

Devemos reconhecer, portanto, que é no espaço textual onde se concretizam tanto o querer dizer (ou seja, falar sobre algo) como o estabelecimento de negociações interdiscursivas entre os participantes da interação verbal. Desse modo, o texto é o ambiente em que se materializam as entidades lingüísticas, viabilizando-se o discurso. No entanto, essa materialidade não acontece ao acaso ou desconexamente, pelo contrário, constitui-se em função de necessidades cognitivas e da interacionalidade no processo comunicativo. Conclui-se, então, que a função textual da linguagem se configura na perspectiva de atendimento às demandas das outras funções co-irmãs: a ideacional e a interpessoal.

Nessa mesma linha de raciocínio, Neves (1997, p. 73), concorda que, no caso das qualificações, quando estas vêm acrescidas de intensificadores, percebe-se que essas funções estão intimamente integradas, uma vez que, ao lado da expressão objetiva de cunho nocional, convive a atitude subjetiva do falante e, ao mesmo tempo, ativa-se a linguagem como interação, no sentido de que existe aí uma intenção de natureza pragmática.

Para Koch (1997, p. 143-144), essas estratégias são inserções (na forma de explicações, julgamentos, etc.) que têm a tarefa de

“... facilitar a compreensão dos interlocutores, criando coordenadas para o estabelecimento de uma estrutura referencial, de modo que o material inserido não é supérfluo, isto é, não é eliminável sem prejuízo para a compreensão.”

Ainda segundo a autora, esses adendos são, na verdade, comentários que organizam e focalizam melhor os componentes do mundo textual, contribuindo para despertar e/ou manter o interesse dos parceiros. Além disso, atuam também como elementos retóricos, com vistas a fornecer suporte à argumentação e levar os participantes do evento de fala a partilhar crenças pessoais, criando entre eles uma atmosfera de cumplicidade.

Em vista disso, devo admitir que as funções da linguagem (ideacional, interpessoal e textual) não somente podem ser componentes fundamentais no curso de mutação lingüística, conforme demonstram Traugott e Heine (1991), Baião e Arruda (1996) e Martelotta (1996) em seus respectivos trabalhos sobre gramaticalização, como também intercruzar-se nos diversos atos de fala das situações interlocutivas, apanhadas sincronicamente. No caso específico da atribuição de intensidade a um estado de coisas, comprovou-se que essas funções são interdependentes e co-atuantes, no sentido de revelarem as pressões de natureza semântico-cognitiva e discursivo-pragmática que subjazem à manifestação desse fenômeno.

#### **4. Conclusão**

Essa nova perspectiva no tratamento da intensificação tem conseqüências favoráveis para o ensino de língua na medida em que focaliza tal fenômeno não apenas em termos semântico-formais, mas também considerando seus aspectos discursivo-pragmáticos nas diversas situações interlocutivas. Dada a imensa variedade de matizes semânticos e recursos de codificação, um estudo dos intensificadores que leve os alunos



a percebê-los sob um enfoque funcional poderá contribuir para o aprimoramento das habilidades de leitura e de produção textual.

Significa dizer que, em situações de ensino aprendizagem-de língua, os alunos deverão ser estimulados a considerar não apenas as diversas escalaridades de significação dos recursos intensivos, mas também possibilidades e restrições de uso, em função dos diferentes gêneros discursivos nos variados contextos de intercomunicação verbal.

## Referências

- BAIÃO, R. de B.; ARRUDA, J. Gramaticalização de *até*. In: MARTELOTTA, M. E.; VOTRE, S. J.; CEZARIO, M. M. (Orgs.). *Gramaticalização no Português do Brasil: uma abordagem funcional*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996. p. 251-260.
- BASÍLIO, M. *Teoria lexical*. 2. ed. São Paulo: Ática, 1989. (Série Princípios).
- BLÜHDORN, H. Relação entre pragmática, semântica e gramática. *Estudos da linguagem*. v. 6, n. 2, 1997. p. 150-88.
- FURTADO DA CUNHA, M. A. (Org.). *Corpus Discurso & Gramática: a língua falada e escrita na cidade do Natal*. Natal: EDUFERN, 1998.
- HALLIDAY, M. A. K. *An introduction to functional grammar*. London: Edward Arnold, 1985.
- \_\_\_\_\_. Estrutura e função da linguagem. In: LYONS, J. (Org.). *Novos horizontes em lingüística*. São Paulo: Cultrix, 1976. p. 134-78.
- \_\_\_\_\_.; HASAN, R. *Cohesion in English*. London: Longman, 1976.
- HOPPER, P. J. Some recent trends in grammaticalization. *Annual Review of Anthropology*, n. 25, 1996. p. 217-236.
- KOCH, I. G. V. *Argumentação e linguagem*. São Paulo: Cortez, 1984.
- \_\_\_\_\_. Atividades e estratégias de processamento textual. In: KOCH, I. G. V.; BARROS, K. S. M. de. (Orgs.). *Tópicos em lingüística de texto e análise da conversação*. Natal: EDUFERN, 1997. p. 139-145.
- MAINGUENEAU, D. *Elementos de lingüística para o texto literário*. São Paulo: Martins Fontes, 1996.
- MARTELOTTA, M. E. Gramaticalização em operadores argumentativos. In: \_\_\_\_\_.; VOTRE, S. J.; CEZARIO, M. M. (Orgs.). *Gramaticalização no português do Brasil: uma abordagem funcional*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996. p. 191-220.

- MATTOS E SILVA, R. V. *Estruturas trecentistas: elementos para uma gramática do português arcaico*. Salvador: INCM, 1984. (Estudos Gerais - série universitária).
- MONTEIRO, C. *Português da Europa e português da América*. 3. ed. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1959.
- NEVES, M. H. de M. *A gramática funcional*. São Paulo: Martins Fontes, 1997. (Texto e Linguagem).
- NICHOLS, J. Functional theories of grammar. *Annual Review of Anthropology*. v. 43, 1984. p. 97-117.
- SLOBIN, D. I. *Psicolinguística*. São Paulo: Nacional/EDUSP, 1980.
- TRAUGOTT, E. C. From propositional to textual and expressive meanings: some semantic-pragmatic aspects of grammaticalization. In: LEHMAN, W. P.; MALKIEL, Y. (Eds.). *Perspectives on historical linguistics*. v. 24. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 1982. p. 245-71.
- \_\_\_\_\_. On the rise of epistemic meanings in English: an example of subjectification in semantic change. *Language*, v. 65, n. 1, 1998, p. 31-55.
- \_\_\_\_\_; HEINE, B. *Approaches to grammaticalization*. vs. 1. e 2. Amsterdam: John Benjamins, 1991.
- TRAVAGLIA, L. C. *Gramática e interação: uma proposta para o ensino de gramática no 1º e 2º graus*. São Paulo: Cortez, 1996.